

CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer sobre Projeto de Lei nº 5.376/2021

Origem:

<input checked="" type="checkbox"/> Poder Executivo	<input type="checkbox"/> Poder Legislativo	<input type="checkbox"/> Iniciativa Popular
---	--	---

Datas e Prazos:

Data Recebida:	23	08	2021
Data para emitir parecer:			

Prazos para emitir Parecer		Imediato (art.138, R.I)
		4 dias (art. 68, § 2º, R.I)
	x	8 dias (art. 68, R.I)
		16 dias (art. 68, § 1º, R.I)
		24 dias (art. 68, § 1º, R.I)

Ementa:

Dispõe sobre a autorização para alienação de bens móveis, veículos inservíveis e/ou obsoletos, e dá outras providências.

Despacho do Presidente:

Designo para Relator: Vereador Bruno Pacheco da Costa, em 25/08/2021.

Michel Nunes
Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

I - Relatório:

Trata-se de PL que dispõe sobre a autorização para alienação de bens móveis, veículos inservíveis e/ou obsoletos, dá outras providências.

O Projeto de Lei foi protocolado nesta Casa em 20/08/2021, sendo lido em Plenário, para a devida publicidade, na sessão ordinária do dia 23/08/2021.

Após, seguindo o trâmite regimental, encaminhou-se a esta Comissão para exarar parecer em controle de constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46 do Regimento Interno desta Casa.

Em reunião do dia 25 de agosto de 2021, em análise ao projeto de lei a Comissão verificou a ausência da avaliação dos bens, bem como do número de patrimônio.

Assim, foi solicitado ao Presidente da Casa, o envio de expediente ao Poder Executivo, requerendo tais informações.

As informações foram apresentadas em 01 de setembro de 2021.

ANÁLISE
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL.

O presente projeto de lei tem como objetivo a autorização de alienação de bens móveis inservíveis e/ou obsoletos do Poder Executivo.

Segundo a exposição de motivos do Sr. Paulo Márcio de Souza, Secretário de Administração, o projeto se justifica pela existência de maquinários e veículos inservíveis para a administração Pública Municipal, tornando-se oneroso o uso desses equipamentos para tal finalidade em razão do alto custo de manutenção e consertos, necessário se faz efetuar a venda dos mesmos através do devido processo legal, qual seja, Leilão Público.

O projeto de lei está consubstanciado na Lei Orgânica do Município em seu art. 25, I, c/c art.46, VII, que:

*Art. 25 - A alienação de bens municipais, subordinada à **existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação** e obedecerá as seguintes normas:*

[...]

II - quanto a móveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, que será permitida somente para fins de interesse social; de uso, mediante prévia autorização Legislativa e concorrência.[...]

Art. 46 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre

[...]

VII - alienação dos bens públicos;

[...]

Inicialmente há que se tecerem algumas considerações a respeito do instituto da alienação de bens públicos.

A alienação de bens públicos consiste na transferência do domínio de bens da administração pública para terceiros, podendo ocorrer por várias formas, inclusive de Leilão Público como é o caso do projeto em questão, não podendo ocorrer ao alvedrio do administrador público, sob risco de incorrer em desvio de finalidade.

Em regra os bens públicos não podem ser alienados, a não ser que sejam considerados bens sem nenhuma utilidade para o órgão público respectivo desde que comprove o interesse público na alienação.

Ocorre que o Código Civil em seus artigos 98 a 103 trata dos bens públicos, classificando-os em: bens de uso especial (de uso próprio da administração); bens de uso comum: São aqueles destinados à utilização geral

pelos indivíduos, que podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, independentemente de consentimento individualizado por parte do poder público e bens dominicais (aqueles sobre os quais o Município exerce os direitos de proprietário, porém, estão sem uso, e disponíveis).

Os referidos artigos ainda dispõem que se tratando de bem público especial ou de uso comum do povo, necessária será a desafetação, que é a declaração de perda da destinação pública de um bem de uso comum ou de uso especial para caracterizá-lo como bem dominical, visto que somente os bens dominicais podem ser alienados, pois não tem destinação específica.

É a mudança de destinação do bem, por ato ou fato de Administração, retirando-lhe a destinação pública específica e levando-o a categoria dos bens dominicais ou mesmo, no caso dos bens móveis, de bens inservíveis.

Como dito anteriormente, é necessário existir motivação para a venda, declarando-se no processo que cada bem objeto do leilão não possui mais utilidade para aquele órgão público, por ser considerado inservível, em desuso, obsoleto ou antieconômico.

Outro aspecto importante, é que a pretensa alienação deverá ser precedida de avaliação prévia, conforme determina o caput art. 17 da Lei 8.666/93, ou seja, a avaliação é obrigatória.

A avaliação foi anexada ao projeto de lei, cumprindo o que dispõe a Lei nº 8.666/93, contendo além da avaliação, o número de patrimônio dos bens.

Diante do exposto, verifica-se que não há a violação de qualquer regra ou princípio fixado pela Constituição Federal, razão pela qual, não existe nenhum elemento que impeça à sua regular tramitação, no interior do presente processo legislativo.

Encaminhe-se à Comissão de Finanças e Orçamento para análise do mérito.

Bruno Pacheco da Costa
Relator

III – Voto

Assim, voto pela **constitucionalidade e legalidade** ao PL nº 5.376/2021.

Bruno Pacheco da Costa
Relator

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer da Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final

A Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final, em reunião do dia

01 de setembro de 2021, opinou por unanimidade pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.376/2021.

Sala das Comissões, 01 de setembro de 2021.

Ausente/justificado
Presidente

Favorável
Michell Nunes
Vice-Presidente

Favorável
Bruno Pacheco
Membro